



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

MULHERES NA POLÍTICA: ENTRE A CONTESTAÇÃO E A REPRODUÇÃO DAS HIERARQUIAS DE GÊNERO.

Kaliana Oliveira da Hora

Especialista em História do Brasil(UESC).Mestra em História Regional e Local(UNEB). E-mail:

kalihistoria@bol.com.br.

Resumo:A presente comunicação analisa narrativas de educadoras, sindicalistas e vereadoras que apresentavam resistências às definições dos espaços designados aos homens e as mulheres em Itabuna entre 1986-1996. As contestações aos códigos de sujeição apareceram durante as eleições municipais e atuação em partidos políticos e sindicatos. Contraditoriamente, a fim de alcançar os seus objetivos as entrevistadas também reproduziram hierarquias de gênero que apontavam que, embora estivessem atentas a discussões sobre a participação das mulheres na política, uma das reivindicações do movimento feminista, as entrevistadas construíram narrativas contrárias a pautas dos feminismos dos anos 1990.

Palavras – chave: Mulheres, Política e História.

Introdução:

Na década de 1990, movimentos feministas conquistaram a implantação das cotas para mulheres na política. As educadoras, sindicalistas e vereadoras que participaram da vida política em Itabuna, cidade localizada no Sul da Bahia, embora demonstrassem estar atenta a discussão sobre a implementação das cotas não foram contempladas pelas mesmas.

No entanto, nas narrativas orais e nas fontes de jornais, , quando trataram sobre a participação política feminina, elas

levantaram argumentos que apontaram como as mulheres disputaram com homens espaços políticos de forma desigual. Além disso, as narrativas que construíram sobre o passado foram influenciadas por questões atuais que fizeram com que elas apresentassem críticas a desigualdade entre homens e mulheres na política

Contraditoriamente, a fim de alcançar os seus objetivos as entrevistadas também reproduziram hierarquias de gênero que apontavam que, embora estivessem atentas a discussões sobre a participação das



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mulheres na política, uma das reivindicações do movimento feminista, as entrevistadas construíram narrativas contrárias a pautas dos feminismos dos anos 1990. Nesse interím, o presente artigo versa sobre as transgressões e reproduções das hierarquias de gênero existentes entre educadoras, sindicalistas e vereadoras nascidas no Sul da Bahia dentre 1940-1960.

As entrevistadas cursaram magistério em Escolas Normais e ingressaram no Ensino Superior. Foi por meio do trabalho docente que sentiram a necessidade de atuar na Associação dos Professores de Itabuna e nos partidos do PC do B, PT, PL e PSDB. Sendo que, duas delas foram eleitas vereadoras na eleição de 1992.

“Poucas mulheres são eleitas”

A pouca representatividade feminina na política, foi justificada por Júvia Gualberto, educadora, sindicalista, ex-militante do PC do B e atualmente filiada ao PT, como uma aparente inabilidade das mulheres de lidarem com as tarefas políticas. Sobre tal questão a entrevistada diz:

Nós tivemos uma cultura que a mulher foi criada no pé do fogão pra se casar e ter filhos. Era tanto que os nossos primeiros brinquedos eram bonecas, fogãozinho e umas

brincadeiras de fogão. E sempre que a gente fazia tais de uns piqueniques e que iam fazer aqueles cozidos eram as mulheres que faziam. Os homens eram sempre pra outras lidas e nós éramos pra esse trabalho aí. Então, devido à cultura, mulher não era pra participar de política, mulher não era pra ser médica, mulher não era pra ser advogada e aí foram quebrando essas arestas. Esses estigmas e nós fomos caminhando.¹

O capital político necessário para atuar no mundo da política, se apresenta de modo desigual entre os homens, pois envolvem determinantes econômicos. No caso das relações estabelecidas entre homens e mulheres, acrescentam-se ainda os determinantes culturais ou ainda o modo como ambos os gêneros são socializados, que colaboram para uma divisão desigual do trabalho político. São os determinantes que diz quem são os agentes políticos ativos e aqueles que não são considerados tão ativos assim.² Por isso, embora a Constituição Federal afirme a igualdade de direitos entre homens e mulheres, “os entraves de diferentes naturezas à participação feminina continuam em vigor”³.

Entre os entraves, a dupla jornada de trabalho reduz o tempo das mulheres para a realização das atividades políticas, ao contrário dos homens, que por não experimentarem a mesma condição,

¹ GUALBERTO, Júvia. (75 anos). Entrevista concedida em sua residência no dia 11.05.2016.

² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 163-207.

³ MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. (Orgs.). **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 94.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

possuem tempo livre para se dedicar a vida política. No mês em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher, o *Jornal Agora* publicou entrevista de Anorina Smith, na qual a mesma contestou a dupla jornada de trabalho vivenciada pelas mulheres, critica a divisão sexual do trabalho e atenta para a necessidade de modificar a organização social da família, podendo assim, reorganizar os papéis sociais definidos para os gêneros:

É um absurdo, por exemplo, a mulher trabalhar fora de casa e também em casa fazendo uma sobrecarga de funções [...] Enquanto o homem apenas trabalha fora e quando chega em casa não divide as responsabilidades. Isso teria que mudar: esta relação de trabalho público e privado tem que mudar. Ora, se isso, fosse alterado dentro da família, que é a base da estrutura da sociedade, provavelmente nós iríamos formar homens e mulheres com nova visão de mundo e com papéis definidos dentro da sociedade⁴.

As contestações aos códigos de sujeição feminino se apresentaram em suas falas quando ela disputou um cargo para vereadora, pois em uma sociedade misógina, ela precisou justificar sua candidatura e criticar a divisão do trabalho por gênero. Durante a campanha, valorizou-se também a oportunidade das mulheres se verem representadas e romperem com barreiras machistas que impediam a sua inserção no âmbito político. Em matéria realizada por Paulo

Caminha e publicada no *Jornal Agora*⁵, Anorina, comentou os impasses enfrentados pelas mulheres na vida política:

As mulheres têm competência para assumir qualquer setor da vida pública e se isso não ocorre é porque a disputa contra os homens é difícil, eles assumiram os cargos mais importantes. Historicamente, a mulher foi criada para estar submissa à sociedade patriarcal, para trabalhar em casa. Mesmo quando se liberta e sai para trabalhar fora, existe uma série de barreiras que a impede de assumir o trabalho e de se envolver mais na vida pública..⁶

Afirmar que as mulheres foram criadas para trabalhar em casa e só mais tarde conquistaram o direito ao trabalho extradoméstica aponta para a construção de uma identidade feminina universal. Essa por sua vez e exclui mulheres pobres e negras. Logo, a discussão sobre os empecilhos para a participação feminina na vida política silenciaram sobre marcadores raciais.

As mulheres com direito a fala nas datas comemorativas citadas tinham interesses semelhantes aos interesses masculinos, a saber, a inserção nos cargos do legislativo

⁴ *Jornal Agora*, 14 a 20.03. 1992.

⁵ O *Jornal Agora* estava vinculado ao Partido Social Democracia Brasileiro (PSDB). O proprietário do jornal, José Adervan de Oliveira, é também o atual presidente do PSDB local. De acordo com Rocha (2011), o proprietário utilizou-se do jornal para realizar a campanha em prol da eleição do candidato a prefeito Ubaldo Dantas (PSDB). Diante das entrevistas e notícias de destaque dados a Anorina, é possível afirmar que o jornal foi utilizado também para divulgar a candidatura da vereadora.

⁶ Entrevista: Anorina Lima. É preciso romper a estrutura machista do partido. *Jornal Agora*, 14 a 20 de Março de 1992, n. 157.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

e no executivo e o reconhecimento profissional

De acordo com Domingues⁷, a esfera privada liberal admite diferenças individuais. Mas, quando se trata da esfera pública, homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos são referenciados como cidadãos iguais em direitos e deveres. Assim, o estado se omite em relação as desigualdades sociais e parece imparcial frente as disputas políticas. Ao parecer neutro e imparcial, o Estado negligencia as diferenças entre os gêneros como mais um fator que corrobora com o processo de exclusão feminina dos espaços políticos.

Nesse sentido, as cotas para mulheres, na política, participaram de uma estratégia feminista que obrigou o estado a admitir a existência de uma discriminação de gênero. No entanto, as cotas como política afirmativa não garantiram um maior número de mulheres eleitas. Quando há eleição de um número maior de mulheres, elas não representam os interesses dos educadores ou demais

⁷ DOMINGUES, Sana Gimenes Alvarenga. Gênero, poder e política: a participação feminina no partido dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2010. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Pos_Sociologia_8835_1339012250.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

trabalhadores, pois o discurso sobre maior representatividade das mulheres no mundo da política enfrenta alguns problemas

Poucas candidatas são eleitas, mulheres professoras, poucas. Só é eleita assim, mulher ruralista, a mulher filha ou herdeira de um político, mulher comerciária, mas não da área... Comerciante, mas não na área de defesa. São essas mulheres que estão hoje representando as mulheres⁸.

A narrativa da entrevistada revelou uma expectativa inalcançada: uma insatisfação da representação feminina na política e a eleição de mulheres educadoras. Diante de falas como essa, a construção de uma identidade feminina universal se desfaz, pois nos relatos elaborados pelas entrevistadas, nota-se que elas “questionam as identidades construídas e constituem-se relacionalmente, como sujeitos múltiplos”⁹.

O amortecimento das expectativas de serem representadas ou de se tornarem representantes também se apresentara na narrativa de outras educadoras. Dinalva Célia questionou o limite da representatividade de gênero e racial, quando explicou por quais motivos acreditou que não seria eleita caso se candidatasse:

Nunca seria eleita. Por que ninguém vota. Mesmo na base ninguém vota na gente. Miralva não disse isso pra você não? Isso que eu estou lhe dizendo?

⁸ GUALBERTO, Júvia. (75 anos). Entrevista concedida em sua residência no dia 11.05.2016.

⁹ RAGO, M. **A aventura de contar-se: feminismo, a escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 52.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Não vota! Preto não vota em preto porque só pra fazer defesa de preto? Entendeu? Nós somos iguais, então preto quando te vê ali na liderança. Ele acha que você tá ali, mas não é pela luta não. Não sei porque. Mas eles acham que você está ali, mas não é porque você está na luta.¹⁰

De acordo com ela, os educadores não votam em educadores o que permite considerar que dentro de um mesmo grupo existam interesses distintos, bem como, em um grupo de negros existam crenças e interesses sociais que dificultem reconhecê-la como uma representante. Nesse caso, as determinantes de gênero e raciais alicerçam a construção de estruturas de poder que tornam desiguais a construção do capital político.

Embora as cotas na política sejam concebidas como uma conquista, os partidos políticos continuam a excluir as mulheres desses espaços, pois não se preocupam em promover atividades que colaborem com a emancipação política delas, eles apenas cumprem com a lei quando inscrevem 30% das mulheres nas chapas eleitorais:

Porque é justamente por isso que tem poucas mulheres porque eles participam no partido, eles pegam qualquer mulher e botam pra ser candidatas só que as mulheres não passam. Quem passam são os homens. Quando chegam lá, eles ocupam todos os espaços. Então é... O ganho maior seria se tivesse 30% obrigatório.¹¹

¹⁰ ANDRADE, Dinalva Célia Santos Andrade. (62 anos). Entrevista concedida na Cooperativa Jorge Amado - COPEDI em 30.08.2017.

¹¹ Ibidem, 2016.

Em concordância com as opiniões de Júvia Gualberto, Miralva Moitinho criticou o número de mulheres que são inscritas, apenas para preencher o número de vagas reservadas as mulheres nos partidos políticos. Mas sua narrativa apresentou um diferencial em relação ao de Júvia, quando apontou a existência de um desinteresse das mulheres em se candidatar:

A mulher já não tem mais esse desejo também. Ela não avançou politicamente. Hoje as candidatas mulheres quase todas são laranjas para poder atender as cotas que hoje já é lei. O meu partido, por exemplo, tem que ter 30% de mulheres. É um Deus nos acuda para você encontrar esses 30% de pessoas que queiram ser candidatas!¹²

Outras fontes corroboram com a discussão sobre o pequeno número de candidatas ao cargo de vereadora. No ano de 1992, a coligação Dias Melhores Virão – composta pelos partidos do PPS, PRN, PSC, PT do B, PTR, PSDB e PST – dos 92 candidatos ao cargo de vereadores, apenas nove eram mulheres¹³.

Lidando com impasses que dificultaram o exercício pleno da vida política, as entrevistadas adentraram os sindicatos, os partidos políticos e algumas delas alcançaram o cargo de vereadoras. Sendo necessário, assim, investigar o perfil

¹² SOUZA, Miralva Moitinho. (68 anos). Entrevista realizada na Cooperativa Educacional de Itabuna – COPEDI em Itabuna no dia 05.05.2016.

¹³ Ver reportagem “Candidatos à Câmara de Vereadores da coligação Dias Melhores Virão, publicada no Jornal Agora 27.06 e 05.07.92.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

e patitas da campanha de uma das mulheres eleitas em Itabuna.

Mulheres elegíveis

Como visto na tabela abaixo, entre 1948-1982 foram eleitas quatro vereadoras. Nas eleições de 1992 foram

eleitos 16 vereadores, entre eles duas vereadoras e uma suplente. Embora, seja um número pequeno frente à quantia de homens eleitos, esse é historicamente apontado como um período em que se elegeram mais vereadoras pelo Diário de Itabuna.

Tabela 1 – Vereadoras eleitas entre 1948-1992

Eleições	Vereadoras	Partidos	Cor	Profissão	Estado Civil
1948	Maria Rita Almeida Fontes	PTB	Branca	Professora	Casada
1950	Otaciana Pinto	-----	Branca	Professora/ Parteira	Solteira
1972	Rosalina Molfi Lima	-----	Branca	Professora	Casada
1976	Zenaide Matias de Magalhães	PMDB	Branca	Professora	Casada
1982	Zenaide Matias de Magalhães	PMDB	Branca	Professora	Casada
1993	Anorina Smith Lima	PSDB	Branca	Professora	Casada
1993	Ana Carolina	PL	Branca	Professora	Casada

Todas as vereadoras eleitas eram brancas, a maioria delas casadas, mães e adquiriram experiência política na área de educação para atuar no espaço legislativo. Educação e assistencialismo são atividades consideradas exercícios tipicamente femininos e meios que possibilitaram a ascensão política e profissional para as mulheres.

São poucas as que conseguem romper essa barreira sobressaindo da comunidade por serviços prestados

através de seu trabalho profissional e geralmente como professoras, enfermeiras, parteiras [...] ou do prestígio que conquistaram sendo chamadas a ocupar espaços políticos na ausência de homens.¹⁴

O pequeno número de mulheres eleitas, além de suscitar interesse no modo como essas mulheres adquiriram capital político para se inserir na câmara de vereadores, impulsionou o surgimento de alguns questionamentos: quais foram às

¹⁴ COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no Poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA; Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. p. 157.
www.redor2018.sinteseventos.com.br



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

táticas e estratégias utilizadas durante a campanha?

Sindicalista eleita vereadora

Durante a campanha eleitoral, Anorina Smith Lima, sindicalista, educadora e filiada ao PSDB, concedeu algumas entrevistas ao *Jornal Agora*. As três reportagens realizadas buscavam promover a imagem da candidata ressaltando sua trajetória educacional e política, sua atuação como companheira e esposa, em alguns momentos justificando a candidatura de uma mulher e lhe afastando de qualquer aproximação com pautas feministas emergentes a partir dos anos 1960. Fazia-lhe perguntas que não eram direcionadas para os homens.

Um ano antes de se candidatar a vereadora, Anorina Smith Lima, declarou na entrevista concedida ao *Jornal Agora* que “[...] As mulheres, normalmente, não são colocadas na lista de prioridade dos partidos que ainda se norteiam por uma estrutura machista, os homens tem prioridade dentro dos partidos para o processo eleitoral”¹⁵.

Quando oficializou sua candidatura, após defender uma reorganização dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, a fim de romper com a dupla

jornada de trabalho, Anorina contraditoriamente reforçou os papéis tradicionalmente realizados por mulheres. “A mulher tem importância vital para a sociedade, já que desempenham múltiplos papéis: administra a casa, procria e cuida dos filhos em termos de nutrição e acompanhamento”¹⁶. Ao perguntarem sobre as dificuldades em conciliar a vida doméstica e profissional, a candidata demonstrou que enfrentava a dupla jornada de trabalho, mas possuía capacidade de dar conta da vida política, profissional e doméstica.” Em alguns momentos a gente percebe que sobra pouco tempo para dedicar a família, como agora. Mas, em tempos normais a mulher consegue se desdobrar e conciliar a vida profissional e a vida política com as tarefas de mãe e dona de casa.¹⁷

No período das eleições, demonstrar que a aspirante ao cargo de vereadora era capaz de ocupar espaço político sem ameaçar as atividades desempenhadas na vida doméstica, representou uma argumentação tática usada para conseguir aprovação da sua participação em espaços considerados tipicamente masculinos. “A utilização desse recurso revela uma das táticas próprias a sujeitos submetidos a relações desiguais de

¹⁵ Entrevista: Anorina Lima. É preciso romper a estrutura machista do partido. *Jornal Agora*. 14 a 20.03.1992.

¹⁶ O pensamento de uma mulher de fibra. *Jornal Agora*, 13 a 19.09.1992.

¹⁷ A participação da mulher na política. *Jornal Agora*, 01 a 06.11.1992.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

poder, que percebem sua incapacidade, em um dado momento, de questionar as prerrogativas da vontade dominante”¹⁸. Daí que em alguns momentos, essas mulheres reforçaram a importância da participação das mulheres na formação dos filhos, nos clubes de mães e demais atividades inerentes as mulheres. Logo, reverenciaram “regras estabelecidas, embora buscassem perseguir objetivos próprios”¹⁹. Chegando em alguns momentos há recorrer à alguns signos consagrados pelos homens: mulher, mãe, feminina e amiga dos homens. Sugerindo como deveriam acontecer as vivências sociais das mulheres e a forma como as mães deveriam cuidar dos filhos

A mulher tem que participar de associações femininas, clubes de mães, buscando se atualizar, conhecer seus direitos e defender os filhos. Quanto aos filhos desempenhar um papel importante na conscientização deles a nível político para que, no futuro, possam optar politicamente, escolher os rumos e a destinação de si próprios e do seu grupo.²⁰

Apresentá-las como mães era um modo de afastá-las das representações dadas as feministas que foram consideradas frustradas, vingativas e solteironas. As mulheres que questionaram sua condição e lutaram pelo reconhecimento de seus direitos,

¹⁸ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Set./Out./Nov. 2000. p. 106.

¹⁹ Ibidem, 2000. p. 106.

²⁰ O pensamento de uma mulher de fibra. *Jornal Agora*, 13 a 19.09.1992.

questionaram a obrigatoriedade do casamento e da maternidade, incomodando uma construção predominantemente masculina que “através da religião, da filosofia, das ciências, os formuladores desses saberes buscaram demonstrar a vocação natural e única das mulheres para tal forma de existência”²¹.

Outros depoimentos demonstraram que a pretendente atendia aos padrões de gênero e por isso podia ser eleita, quando por exemplo, Anorina expunha que era a favor da ocupação de cargos públicos, desde que a mulher não destruísse características consideradas tipicamente femininas em prol do feminismo.

“Sou a favor de a mulher participar de todas as atividades, mas dentro de uma lógica, é claro, conservando sempre a feminilidade. Até porque feminismo não faz a minha cabeça, embora, democraticamente, creio que todos devem ter seu lugar, seu espaço.”²²

Uma das razões de conservar a feminilidade seria não sofrer a influência do feminismo. Mostrar-se feminina era mais uma tática que ora conservava as características atribuídas às mulheres e ora servia como meio de conquistar aprovação para seus fins. Pois, sendo o mundo da política considerado um espaço masculino, muitas das mulheres que ousaram reivindicá-lo eram comparadas aos

²¹ SOIHET, Rachel. **Feminismos e anti-feminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 111.

²² *Jornal Agora*, 13 a 19.09.1992.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

homens. Na década de 1940, por exemplo, “o perigo da indistinção entre os sexos era algo que causava pânico”²³.

A feminilidade pode ser definida, dentro das possíveis variações no tempo e no espaço a partir de um conjunto de características do padrão heteronormativo.²⁴ Ela pode significar fragilidade, emoção e boa aparência. Considerando as diversas declarações dadas durante a entrevista ofertada no mês de setembro do ano de 1992, a feminilidade reúne o cuidado com os filhos, a relação harmoniosa mantida com o esposo e a capacidade de relacionar ambas as atividades com as atividades requisitadas pelo mundo da política e do mercado de trabalho.

Quando se trata de direitos que rompem com padrões heteronormativos da feminilidade, a negação da maternidade e legalização do aborto, a entrevistada mantém posicionamento contrário a ambos. As opiniões sobre o tema perpassaram todas as entrevistadas.

Aborto

²³ SOIHET, op cit., 2013. p. 69.

²⁴ SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 242.

Data do fim dos anos 1980, os conflitos entre feministas contrárias e a favor da inclusão da legalização do aborto e da violência contra a mulher em suas pautas. Até o momento eram priorizados debates em torno das creches, trabalho e educação. Mas “a pressão no sentido da inserção das novas temáticas ligadas ao corpo, a sexualidade, a discussão dos papéis de gênero tornava-se, porém, a cada dia mais insistente aglutinando apoio crescente”²⁵. Isso explica, durante a produção da notícia do *Jornal Agora*, o entrevistador perguntar se a candidata a vereadora era a favor do aborto. Sendo sua postura contrária devido ao domínio específico das relações de poder que, na tentativa de manter o controle sobre o corpo feminino diz ser, contrária ao aborto e a favor da vida; Anorina declarou:

Eu sou contra o aborto. A vida deve ser preservada. Mas acho que deve ser feita uma mudança na estrutura da sociedade para se garantir um padrão de vida às pessoas. Principalmente as mais carentes. Temos que ensinar educação sexual na escola, entre grupos de mães, entre as comunidades de bairro, e ensinar formas de controle da natalidade. E isso deve fazer parte de um plano do governo através de um programa de planejamento familiar. Eu defendo isso, não o aborto.²⁶

Controle de natalidade e planejamento familiar foi o único consenso existentes entre

²⁵SOIHET, Rachel. **Feminismos e anti-feminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 136.

²⁶ Entrevista: Anorina Lima. É preciso romper a estrutura machista do partido. *Jornal Agora*. 14 a 20 de março de 92.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

representantes de saúde e as entrevistadas. Aliás, “a reivindicação de orientação e acesso a métodos contraceptivos que diminuam a incidência do aborto²⁷,” também era pauta das feministas no Brasil. Em Itabuna, a prevenção e o planejamento familiar foram temas de um curso promovido pela Secretária de Saúde e destinado a técnicos da área de saúde. Para os realizadores o planejamento familiar seria uma maneira de evitar a realização do aborto :

Elsimar Coutinho diz que 300 mil abortos são feitos por ano na Bahia em consequência da falta de planejamento familiar. Pelo mesmo motivo menores abandonados são vistos diariamente pela cidade e o número de marginais tem crescido assustadoramente[...] O médico Pliny Adri afirma que é importante iniciar o planejamento familiar para que se reduza o crescimento desenfreado da população carente e os riscos de uma gravidez indesejada. O programa também pode reduzir o número de abortos²⁸.

O planejamento familiar evitaria gestações indesejadas e o número de abortos. Nesse sentido, a fala dos médicos se aproximava da fala de Anorina Smith Lima, que não apoiava a legalização do aborto, mas concordava com a promoção de políticas públicas de prevenção. O diferencial se dá quando “a promoção do planejamento familiar foi substituída pela proposta em

²⁷ BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15804/14297>. Acesso em 15 de Maio de 2018.p.106.

²⁸ Elsimar diz que 300 mil abortos são feitos por ano na Bahia. Diário de Itabuna. 27 de Fevereiro de 1991.

controlar a taxa de natalidade, pois seria um modo de controlar o crescimento da população de rua”²⁹.

Indagada se mantinha a mesma opinião em relação ao aborto nos dias atuais, ela explica a razão pela qual é contra a legalização do mesmo:

É porque eu tenho o entendimento de defesa da vida né? Então, eu acho que existe outros caminhos, políticas públicas outras que possam ser desenvolvidas pra se evitar o aborto. Claro que tem situações como estupro, muitas realidades, doenças. Essas coisas que hoje já se avança e já se discute. Mas eu sou também católica, né? Eu tenho uma linha dentro daquilo que eu acredito de fé também.³⁰

O argumento em favor da vida foi usado contra a legalização do aborto. Sendo a favor do aborto apenas em casos em que o Código Penal de 1940 não fosse desrespeitado, pois o código concede o direito de aborto em caso de estupro e risco de vida das mulheres.

Os motivos pelos quais Anorina era contra ao aborto pertencem a um discurso hegemônico na Igreja Católica quando se fala no aborto. No entanto, não é o único discurso, visto que, desde os anos 1990, as católicas

²⁹ O planejamento familiar é entendido como acesso a atendimento especializado, informações e recursos preventivos que permitam optar por ter ou não filhos. Já o controle de natalidade é uma política de Estado que visa reduzir o aumento da população estabelecendo metas de crescimento ideal da população. Em alguns casos, o Estado delimita a quantidade de filhos por casal.

³⁰ LIMA, Anorina Alves Smith Lima. (68 anos). Entrevista realizada no Conselho Municipal de Educação em Itabuna em 18.05.2016.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pelo direito de decidir têm reivindicado direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e em mais 12 países da América Latina³¹. Sendo questionável que, nos dias atuais as entrevistadas utilizem de discursos que visam apenas controlar a sexualidade feminina e impor uma maternidade compulsória.

Somava-se ao argumento religioso outro dispositivo de controle do corpo feminino: a medicina, pois Júvia Gualberto alegava ser contra o aborto por conta dos riscos que o mesmo oferecia a vida da mulher. Tal reflexão se assemelhava a pesquisas médicas disciplinadoras, realizadas a partir dos anos 1970, que fortaleciam o discurso

³¹ Nas releituras que as católicas têm feito, elas não encontraram fragmentos bíblicos que apresentassem impedimentos à realização do aborto. As católicas pontuaram que no Império Romano não havia uma opinião absoluta sobre o aborto como algo pecaminoso. Tertuliano era contra o aborto, pois para ele o aborto impedia o surgimento da vida. Já para Santo Agostinho, o aborto não era considerado um homicídio, pois o corpo não estava formado, pouco menos havia a existência da alma. Sendo o aborto terapêutico feito antes do feto completar 40 dias permitido pela igreja. As divergências entre teólogos (as) da Igreja Católica permanecem. Mas para as católicas, cabe as mulheres escolherem o que é melhor para si. Tal posicionamento se fundamenta na decisão tomada após a realização do Concílio do Vaticano II, momento em que se discutiu muito a encíclica de Paulo VI que condena o uso de anticoncepcionais, diante das divergências entre pessoas contrárias e a favor dos métodos contraceptivos prevaleceu que o critério último da tomada de decisão no campo da moral é o da consciência individual. CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Conversando a gente se entende. In: <http://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2014/08/publica%C3%A7%C3%A3o-aborto-conversando-gente-entende.pdf>. Acesso em 07/07/2018.

contrário ao aborto quando descreviam quanto rudimentar eram as práticas utilizadas para a realização do aborto e se apresentavam dados do número de mulheres que sofreram sequelas provenientes da realização do aborto clandestino³².

No entanto, podia ter se afirmado em prol da legalização do aborto se considerassem que, sendo o aborto clandestino uma realidade frente as condições socioeconômicas das mulheres, como indicado na nota de jornal já citada, legalizar o aborto e reivindicar a realização de abortos seguros, seria um meio de garantir a proteção da saúde da mulher. A decisão da mulher não era centro da discussão. Exceto em casos de estupro:

O perigo de fazer o aborto como aconteceu, como uma colega nossa que foi com medo de dizer que tava grávida e foi e acabou morrendo. Então a gente conversava tudo isso. O aborto na adolescência, o que podia prejudicar do órgão genital. Sim. Desde quando fosse uma coisa criminosa. Se a menina fosse pegada forçada pelo... Tivesse relação que ela não quisesse. Uma gravidez indesejada. Era por essa parte não era sob a legalização de ser aborto por aborto. Vamos fazer porque quer não. Era dentro da lei.³³

O aborto se situa no centro de discussões jurídicas, científicas e religiosas. De modo que, na produção dos dispositivos

³² BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15804/14297>. Acesso em 15 de Maio de 2018.

³³ GUALBERTO, Júvia. (76 anos). Entrevista concedida em sua residência no dia 10.08.2017.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

da sexualidade, criaram-se mecanismos que condenam o aborto, entre eles a criminalização do ato, os possíveis riscos à saúde da mulher e os princípios religiosos.

Nos anos 1990, grupos feministas lançaram uma campanha em prol da legalização do aborto com o slogan “Nosso Corpo nos pertence³⁴”. No entanto, parcela de mulheres que reconhecem o machismo em partidos políticos, a precarização do trabalho feminino e as desigualdades entre homens e mulheres existentes no seio familiar, por questões de cunho religioso, discordavam dessa reivindicação. Por outro lado, atentas aos métodos de prevenção da gravidez, pauta comum ao movimento de mulheres desde a revolução dos contraceptivos orais em 1960, muitas mulheres passaram a discutir a concepção como “uma questão de biomédica e de política pública ligada ao planejamento familiar, enquanto o aborto permaneceu inscrito nos regimes da criminalidade e da moral religiosa³⁵”. Poucas foram as mulheres que disseram ser a favor da realização do aborto:

Era uma discussão muito tímida porque era uma discussão que acontecia nos bastidores dos partidos de

³⁴ SAMPAIO, Paulo Faustino. Aborto. Dicionário Crítico de Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio Losandro (Orgs.) Dourados: Ed. UFGD, 2015.

³⁵ DINIZ, 2012, p.135 apud SAMPAIO, 2015, p.18. Opcit, 2015,p.18.

esquerda e o que a gente levava mais nos bairros era a possibilidade do controle de natalidade dentro daqueles moldes que a gente pensava enquanto partido de esquerda e alguns vieses do feminismo. Entendeu? Porque a gente não podia abrir muito essa questão por conta até do entendimento na época porque as mulheres não eram organizadas.³⁶ Porque o movimento feminino também se engaja. Entra nessas histórias todas. Quando você tá no movimento social. Quando você tá no sindicato aí aparece todas as questões. Aí o povo que sabe que aparece pra lutar mesmo te oferece outras coisas que faz parte do seu dia a dia e você não sabe dizer não. Entendeu? Aí as meninas do movimento de mulheres de Salvador. Aí tem um monte que se misturava um pouco há alguns integrantes do sindicato dos professores. Dos licenciando mesmo. Aí a gente começou o tema do aborto a gente falava. Que a mulher tinha o seu corpo pra fazer o que ele queria.³⁷

A contestação ao domínio que a ciência e a religião mantinham, sobre o corpo das mulheres, encontrava pontos de resistência quando, em prol da liberdade de escolha da mulher, ocorriam discussões em favor do aborto nas associações, partidos e organização de mulheres. Mostrando assim que o poder não pode existir sem que haja inúmeros pontos de resistência que representam nas relações de poder, o papel de adversário, de apoio, de saliência que permite a opressão.³⁸

Considerações finais:

³⁶ SOUZA, Miralva Moitinho. (68 anos). Entrevista realizada na Cooperativa Educacional de Itabuna – COPEDI em Itabuna no dia 30.08.2017.

³⁷ ANDRADE, Dinalva Célia Santos Andrade. Entrevista concedida na lanchonete Danúbio em Itabuna em 30.08.2017.

³⁸ FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 104.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

A pequena representatividade das

mulheres, na câmara dos vereadores, na câmara federal, no senado e na presidência foi alvo de questionamento das entrevistadas. Tais questionamentos se aproximavam de uma das reivindicações dos feminismos: as cotas para mulheres na política. Nas várias narrativas, as falas apontaram empecilhos que colaboram para esse quadro, sendo a dupla jornada de trabalho, as desigualdades de gênero existentes nos partidos e no modelo educacional as pedras encontradas no percurso dessas mulheres.

A candidata ao cargo de vereadora se apresentou como mãe, casada, educadora, filiadas a partidos de centro e direita dos quais os esposos também eram filiados. Ela disputou o poder com os homens sem contestar alguns papéis sociais. Inclusive, reproduziu algumas normatizações de gênero. Sobretudo, a contestação de bandeiras caras aos feminismos a descriminalização e legalização do aborto.

Referências bibliográficas:

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/15804/14297>

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 163-207.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Conversando a gente se entende.

In: <http://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2014/08/publica%C3%A7%C3%A3o-aborto-conversando-gente-entende.pdf>.

Acesso em 07/07/2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no Poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA; Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. p. 157.

DOMINGUES, Sana Gimenes Alvarenga. Gênero, poder e política: a participação feminina no partido dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2010. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Pos_Sociologia_8835_1339012250.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 104.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. (Orgs.). **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 94.

SAMPAIO, Paulo Faustino. Aborto. Dicionário Crítico de Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio Losandro (Orgs.) Dourados: Ed. UFGD, 2015.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. Set./Out./Nov. 2000. p. 106.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e anti-feminismos: mulheres e suas lutas pela**



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro:
7 Letras, 2013. p. 111.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho.
Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana
Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio
(Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**.
Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 242.